**ATA Nº 05/2022**

**Colegiado de Defesa Civil**

Aos vinte e seis dias do mês de maio, as 13h30 iniciou-se nas dependências do CIGERD,a 5ª reunião mensal da UMDECPLAN. Esteve presente o Coordenador Regional do Planalto Norte, Sr. Clodoaldo Ribas dos Santos, e Jairo Rodolfo Auerbach - equipe CIGERD, Defesa Civil de Major Vieira, Sr. Luiz Gonzaga Teles Neto; Defesa Civil de Canoinhas, Sr. Dário, Gustavo; Defesa Civil de Itaiópolis, Sr. Guilherme Augusto de Azevedo Velho; Defesa Civil de Mafra, Sr. Rafael Fabiano Rumor; Defesa Civil de Porto União, Sr. Carlos; Defesa Civil de Papanduva, Sra. Mariana Gresczuk e Otávio; Defesa Civil de Irineópolis, Sra Cassiana Laís Brand, Defesa Civil de Bela Vista do Toldo, Cleisson Schiessl; Defesa Civil de Três Barras, Sr. João Francisco Canani; Defesa Civil de Monte Castelo, Sr. Rafael Fianco e Coordenador do IMA – Canoinhas, Sr. Christian para deliberação da seguinte Pauta: 1) Apresentação IMA 2) Plano de Contingência 3) Apresentação Rafael - Mafra 4) Panorama Chuvas. Santos deu boas vindas a todos e pediu que cada um se apresentasse e após passou a palavra ao coordenador do IMA para a primeira pauta do dia. Christian se justificou que a reunião agendada anteriormente não pode participar por questão de agenda, e ao mesmo tempo ele pode se interar informalmente das indagações e dúvidas dos municípios, e que tem um pensamento municipalista, e comentou que o IMA vem passando por dificuldades, como atraso nos processos, por conta da pandemia, ressaltou a falta de efetivo, e que essa conversa foi feita com os prefeitos em uma reunião com o governador no município de Papanduva, que na oportunidade pediram ao estado para investir no órgão, pois isso impulsionava investimento para a região. E que já rendeu alguns frutos, como a vinda de dois profissionais para o próximo mês. Tem como meta próxima a municipalização , no qual os municípios tem como se credenciar e se habilitar para o licenciamento ambiental , e que na nossa região somente Rio Negrinho e São Bento do Sul. Pediu para levar aos prefeitos da Amplanorte, ter uma estrutura mínima de profissionais para se credenciar, tirar a carga do IMA para as coisas rotineiras , mobilizando através de consórcio. O órgão do estado precisa ser parceiros nos municípios. Falou da resolução do COMSEMA 2017, no artigo 40 que delega competência a defesa civil e que é soberana para vistoria e para fazer laudos, seja a espécie que for, se tem risco eminente há corte, e que entende a apreensão e o resguardo dos gestores em assinar o laudo, só devendo informar e comunicar ao IMA do procedimento realizado. Falou que não quer criar conflito com os gestores, mas deixou claro da competência da defesa civil municipal. Dario acha que precisa fazer a contestação do risco, fazendo relatório e encaminhar ao IMA para autorizar, conforme artigo 40. Christian discorda, trazendo segurança para a defesa civil, usando da parte técnica dos municípios, pedindo apoio para a própria estrutura municipal, como engenheiro florestal, geólogo, quando oferecer risco. Comentou que todos os processos da defesa civil que chegam na regional são validados pelos técnicos. Deu como exemplo a lei municipal de Porto União, no qual trouxe seguridade a defesa civil, onde o município autoriza e recebe os relatórios mensais. Carlos pediu desculpas na parte dos envolvidos de uma situação ocorrida via whats app sobre o assunto de supressão, e apresentou um passo a passo dos municípios de Porto União, através da lei municipal. Christian quer padronizar a região, deu como exemplo sua trajetória no município como secretário. Carlos comentou sobre um oficio enviado do secretário de administração ao IMA, sobre os procedimentos que deveriam ser adotados pela defesa civil, no caso de supressão nativa e arvores de risco, onde a Defesa Civil recomenda, mas não autoriza desde 2020 a supressão de vegetação, se for patrimônio publico, mediante oficio o corpo de bombeiros realiza o corte de árvores de supressão, apresentou o passo a passo de como é feito os procedimentos em caso de risco. Christian falou que o IMA pode produzir um documento, em consenso de todos encaminhando ao MP e Policia Ambiental, as medidas adotadas na reunião. E que se tiver qualquer duvida é só ligar para eles e comunicar. E que o município tem a segurança jurídica, criar um manual de passo a passo com o IMA, apresentando – o e formalizar a lei. Cassiana falou que desde que esta na defesa civil, o procedimento nunca foi esse, que a Defesa Civil nunca poderia autorizar o corte e disse que não tem estrutura no município de qualificação técnica. Dario disse para trazer os secretários e informar e para dar apoio Christian disse que esse manual irá ajudar os municípios para aqueles coordenadores que não tem qualificação e que entende que a maioria não tem especialista na área. Dario falou para reunir os técnicos e secretários de meio ambiente e afim e repassar essas informações, visto que terá dificuldades em assinaturas de autorização. Rafael Rumor concorda que o manual e a minuta de lei facilitariam. Santos deu exemplo de um pinheiro perdido no meio da plantação, que a nova lei já facilita o corte. E que os municípios se credenciem ao IMA para fazer a documentação, agilizar o processo. O código foi aprovado, sendo regulamentadas por decreto, vai trazer uma aceleridade, trazendo mais praticidade e agilidade, e que ele se compromete a trazer as informações da regulamentação estadual nas próximas reuniões. Dario disse para alinhar reunindo os prefeitos e secretários e repassar a situação do IMA, pois a maioria dos municípios não tem técnico para amparar a defesa civil. Cristian disse que vai sensibilizar aos prefeitos em uma próxima reunião da Amplanorte. Joao disse que é importante esse instrumento. Guilherme falou da lei sobre cortes e supressão. Cristian disse que se tem APP, e que chegar de atestado ao IMA não se discute, e que defesa civil é soberana, inclusive ao MP. E que se tiver algum pondera mento irão ajustar. Dario perguntou qual o risco eminente de queda. Cristian disse que se o proprietário tem uma arvore no raio a defesa civil tem autorização para corte . Cristian disse que levara a minuta de Porto União aos prefeitos levarem as câmaras de vereadores, cabendo incluir e discutir. Christian vai verificar com o novo código ambiental e vai se aprimorar. E que vai levar ao consórcio, a municipalização, ter corpo técnico. Hoje a prioridade é cascalheira e pedreira, na mineração, tentando regularizar. Gonzaga achou de grande valia a minuta de projeto de lei, pois irá padronizar e que esse documento feito em conjunto com os órgãos seria o grande resguardo dos municípios. Guilherme acha interessante ter a mesma abordagem na regional de Mafra. E que acontece que cada caso é um caso, devendo cada situação para fazer da forma correta. Rafael Fianco perguntou se quem assina precisa ser do quadro efetivo da prefeitura, ou se pode fazer via associação. Christian respondeu que pode ser via consórcio público, deu como exemplo dos consórcios do Oeste que deu certo e que levará isso a assembleia de prefeitos. Christian agradeceu e que irá participar das próximas reuniões Capitão Kolin se apresentou e entregou colete para cada município, e que alguns não preencheram um pré requisito, e que a maioria recebeu 1 colete e que todos assinaram o termo de recebimento. Sobre as cabeceiras de pontes, alguns municípios desistiram os kits metálicos por conta da burocracia, capitão Kolin disse que houve mudanças, e que sobre o kit metálico terá alterações. Guilherme falou que a questão de supressão ainda terá muitas conversas e dúvidas, padronizando na região. Relataram da assistência a pessoas em situação de rua, onde possuem casa de passagens para atender em parceria com as assistentes sociais, mas houve algumas resistências. Gonzaga comentou do colegiado de assistência, onde poderia levar essas dicas. Guilherme perguntou se todos concordavam com a ata anterior, no qual foi aprovada a ata nº 04/2022. Para o próximo item de pauta referente ao Plano de Contingencia, Gonzaga relatou do COBRADE ( classificação e Codificação Brasileira de Desastres) que sempre que for fugir do padrão, sempre rever o numero, para não errar. Sargento Jairo falou que o COBRADE é divididos e que tem sub divisões, categoria natural, grupo geológico ( movimento de massa), deu como exemplos, sendo a numeração subdividida da consequência, como código. E que o município tem autonomia dos outros entes federados, e que o plano de contingência é para consulta dos outros entes participantes. Deu como exemplo no município de Itaiopolis não constavam algumas áreas de risco. Guilherme disse que vai o estado vai colocar uma estação metrológica, no qual foi colocando no plano de contingência, como radares, e que a cada 5 segundos estará informando e gerando relatórios, sendo planejamento do estado. Sobre os dados do plano, precisa colocar os dados corretos, os informes do GRAC, falou que o aplicativo vai facilitar o check list. Rafael disse que no decreto de situação de emergência prevê o uso de caminhões privados. Rafael disse que na lei municipal de Mafra já possui a instituição do GRAC. Carlos sugeriu marcar uma reunião simultânea com o gabinete. Gonzaga disse que usou de boas práticas usada com o Rafael, onde pegou um formulário do Google forms, adaptando do tipo de evento e estando a disposição da assistência social. Rafael disse que facilitou onde que antes pegava um papel e depois passava para a planilha. Santos sugeriu a disponibilizar no site da prefeitura para preenchimento da população. Rafael disse que no segundo evento foi aproximadamente 1800 residências. Referente ao panorama de chuvas, Guilherme disse que tenha situações com características de frio e chuva. Sobre a experiência, Rafael disse que na próxima reunião irá apresentar aos demais . Sobre os uniformes, Guilherme relatou que ideia é padronizar os uniformes ( colete, jaqueta) que a Amplanorte irá auxiliar os municípios na compra. Santos pediu para apoio a defesa civil nas escolas, ação da dengue, para mobilizar e sentirem útil, pedindo a colaboração de todos, também avisou que está em planejamento na semana da primavera as ações de defesa civil . E com a estiagem obteve alguma resposta, Canoinhas , Irineopolis e Major, pediu apoio sobre a prestação de contas e que tem períodos para a estiagem se prolongar. Nada mas havendo a tratar, encerrou-se a reunião.







